



História da República

Ao escrever a história da república do Brasil não se poderia ignorar o café. É o que se comprova lendo a HISTÓRIA DA REPÚBLICA escrita por José Maria Bello — Companhia Editora Nacional. Logo nas primeiras páginas do livro escreve :

«Que representava, afinal, sob os aspectos sociais e econômicos, o Brasil de Pedro II? No fim da Monarquia, com os seus dez milhões de habitantes, dos quais um milhão de escravos e a grande maioria de mestiços, de altíssimo coeficiente de analfabetos, esparsos principalmente nos núcleos do litoral, era, na realidade, imenso semi-deserto. Apesar do regime unitário, que asfixiava o desenvolvimento das Províncias, as mediocres atividades econômicas processavam-se nos estreitos limites locais por falta de coordenação e de equilíbrio entre as diversas regiões. Mal saíamos da economia patriarcal do consumo para a economia da exportação. Tinha pouca importância o comércio interno. O centro econômico deslocara-se dos canais do Norte para os cafezais do Sul, mas sem que por isto se tivesse modificado o tipo tradicional de vida, baseado na exploração extensiva das grandes culturas agrícolas, trabalhadas pelo braço escravo. Sómente em São Paulo, na pré-agonia do Império, se iniciava, com o imigrante europeu e pela iniciativa de homens mais auidazes e mais confiantes, nova fase da evolução econômica. De tais métodos primitivos de trabalho resultava, naturalmente, a forte coloração da sociedade brasileira.»

E mais adiante :

«O deslocamento do centro econômico do Brasil, dos engenhos do Nordeste para as fazendas do Sul, se não afetou desde logo o tipo social dominante, abriu novas perspectivas à técnica do trabalho rural. Na província do Rio de Janeiro e no vale paulista, Paraíba, a terra e o escravo continuavam a confundir-se como em Pernambuco e na Bahia. Entretanto, quando o café marcha do norte para o oeste de São Paulo, encontra o trabalho livre do novo colono italiano, como vitorioso concorrente do serviço compulsório do escravo. Lavoura em plena ascensão, o café não tem mais interesse econômico em cingir-se ao mesquinho rendimento do trabalhador negro de cinto, disciplinado pelo chicote do feitor e retribuído em espécie pelas cozinhas das casas grandes, como se verificava tradicionalmente no Norte e no Rio de Janeiro. Para o fazendeiro paulista, a trabalho livre do colono, associado à propriedade da lavoura, afigura-se muito mais rendoso. Se o manifesto republicano de 1870 fosse escrito quinze

anos depois, os seus signatários já não teriam tanto empenho em ressaltar os interesses dos escravocratas paulistas... Ademais, o desenvolvimento, posto que lento, das indústrias fabris e do comércio urbano, abria sensível brecha na longa hegemonia dos senhores rurais. As Províncias, adstritas à economia do trabalho servil, não tinham força para opor-se à rápida predominância das regiões de trabalho livre e de nascentes indústrias, o que, aliás, concorreu para poupar ao Brasil o antagonismo trágico, gerador da guerra norte-americana da Sucessão. Desta forma, o dia 13 de maio marcou igualmente a redenção dos escravos e a agonia do Império. Perdendo o conteúdo econômico da grande lavoura escravocrata, a Monarquia de Pedro II não tem mais elementos de vida.»

Depois acrescenta :

«A primeira imagem que se nos depara da economia brasileira, depois dos constantes deslocamentos dos seus centros de gravidade, é a da irregularíssima distribuição pela imensa área geográfica do país. Até a ascensão triunfal do café nas Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a potencialidade econômica das duas grandes regiões do Norte e do Sul guardava certo equilíbrio. As fronteiras econômicas do Brasil pouco avançavam além do litoral, onde se concentravam mais de três quartos das atividades produtivas. Dominava por toda parte, mais ou menos, uma economia de consumo, em marcha paulatina para a de exportação. O rápido desenvolvimento da lavoura cafeeira modificaria profundamente o antigo equilíbrio.»

A propósito dos sucessivos ciclos econômicos escreve :

«Mas a própria riqueza agrícola não tinha estabilidade. Mudavam no espaço e sucediam-se no tempo os grandes produtos que a constituíam. Durante a colônia e até o meado do século, dominava o açúcar do Nordeste, com o algodão como elemento subsidiário. O século XVIII iniciara e encerrara o ciclo do ouro e dos diamantes. A borraça nativa começa no fim da Monarquia rápido período de apogeu. O café in-

vade e monopoliza a economia nacional. Em 1889, já concorriamos com 57% para a produção mundial. Do café vem os saldos da nossa balança internacional. Em 1889, já concorriamos com 57% para a produção mundial. Do café vem os saldos da nossa balança internacional. Ele controlou São Paulo, sustentou o Brasil, e quando pôde escrever o trabalho escravo, conspira pela federação republicana, abandonando o Império à sua sorte melancólica. O regime da monocultura determina no Brasil monarquico, como no Brasil republicano, como por toda parte, crises periódicas que empobrecem e desalentam a Nação, forçando os governos a perigosas intervenções salvadoras. O ocaso do Segundo Reinado assinala-se pela crise do açúcar, que a lei de 13 de maio extremamente agravava o caso da República de 89 coincide, em 1930, com a crise paulista do café. Podemos dizer, pois, que a cada crise de um grande produto corresponde violenta alteração da ordem política. A vitória do movimento revolucionário de 1930 explica-se pelas brechas abertas na economia cafeeira, como o triunfo republicano de 1889 marca a última etapa do deslocamento das fronteiras econômicas do Norte para o Sul, precipitado pela inauguração do trabalho livre.»

Não escapou à arguição do autor os seguintes fatos :

«Todavia, era essencialmente econômico o sentido da candidatura Rodrigues Alves. Completara-se a marcha do café do vale fluminense do Paraíba para o planalto de São Paulo. Dois terços das exportações brasileiras, orçando no começo do século atual por 700 mil contos, provinham do café, na sua maior parte de origem paulista. A economia brasileira alimentava-se, pois nas terras roxas de São Paulo. O outro Estado brasileiro, Minas Gerais, que, pela sua importância demográfica e política, poderia concorrer com São Paulo na direção do País, ligava-se também à economia cafeeira. A escolha de um Presidente paulista com um Vice-Presidente mineiro constituía, assim, a primeira vitória da nova política republicana, que somente vinte e oito anos depois, com a grande crise do café, encontraria o seu epíteto iramático.»

Ainda a propósito do período Rodrigues Alves junta :

«No campo, aparentemente tranquilo, da gestão econômica, nem sempre fora fácil o governo de Rodrigues Alves. A primeira grande crise de superprodução do café o levava a colocar-se em atitude adversa dos imediatos interesses dos lavradores e homens de negócios do São Paulo, o agravava as dificuldades políticas. Mantendo, como já vimos, as linhas gerais do programa financeiro de Campos Sales, de valorização do meio circulante, facilitada ademaís pelo influxo dos capitais estrangeiros, invertidos em obras públicas, Rodrigues Alves conseguira não somente elevar as taxas cambiais, como torná-las mais estáveis. Esta política, que



Companhia Bandeirantes de Armazens Gerais

Capital Cr\$ 180.000.000,00

Reservas Cr\$ 81.990.501,10

ARMAZENS PRÓPRIOS

MATRIZ

FILIAIS

Rua do Comércio n.º 43

Lins — Marília

SANTOS

SÃO PAULO